

Academias saem da defesa

GLÓRIA TUPINAMBÁS

Em mais um dia de fiscalização nas academias de ginástica de Belo Horizonte e região metropolitana, os donos de estabelecimentos atacam o Conselho Regional de Educação Física (Cref). Reclamando da burocracia para cadastrar-se como pessoa jurídica no conselho e da demora para conseguir o registro profissional no órgão que regulamenta a atividade, proprietários questionam a fiscalização que vai percorrer 850 academias de Belo Horizonte, Contagem, Betim e Nova Lima. As vistorias acompanhadas ontem pela equipe do Estado de Minas reforçam a estatística de irregu-

laridades já levantada pelo Cref nos primeiros dias de fiscalização, quando 60% dos 130 estabelecimentos vistoriados, até a segunda-feira, apresentavam algum tipo de irregularidade.

Das sete academias fiscalizadas ontem por uma dupla de agentes nos bairros Cachoeirinha e Ipiranga, região Nordeste, quatro apresentaram irregularidades, tanto no registro de profissionais no conselho quanto na documentação exigida para o funcionamento. E os problemas são encontrados em situações extremas – academias montadas em porões ou garagens e estabelecimentos com equipamentos caros e de última geração.

O último caso pode ser visto na rua Gonçalves Ledo, no Cachoerinha. Com aparelhos modernos, piscina aquecida e um espaço físico adequado para a prática de esportes, a academia não possui registro de pessoa jurídica no Cref e o responsável técnico está com o registro profissional vencido desde 2003. “Não consigo registrar a academia porque tenho aulas de dança e o conselho está exigindo formação em educação física para esses professores também, o que é um absurdo. O meu registro está vencido, pois o Cref alega que não paguei a anuidade de 2003. Já levei o comprovante, mas não é fácil regularizar a

situação”, declara o Kemel Chequer, dono da academia.

O presidente do Cref, Cláudio Augusto Boschi, assume que o registro de pessoas jurídicas estava lento no primeiro semestre, mas afirma que a situação já foi normalizada. O prazo normal para conseguir o documento é de 30 dias e, nos primeiros meses do ano, esse tempo chegou a 90 pdias. “A inexperiência da equipe e a entrega de documentos incorretos pelas academias acabaram atrasando, mas fizemos um mutirão e agora tudo está em dia, porque só estamos recebendo a documentação completa”, diz.

Quanto ao problema com o pagamento das anuidades, o presidente explica que uma mudança no sistema de informática do conselho causou a perda de parte das informações do período de 1999 a 2003, mas o débito é cancelado mediante apresentação do comprovante ou pagamento da anuidade de 2005 sem descontos, no valor de R\$ 380. Já as exigências para academia de dança não estão sendo rigorosas, segundo Boschi, porque a questão ainda está sendo discutida pelo Conselho Federal de Educação Física (Confef), que entende que a dança profissional é uma atividade física e por isso precisa de registro.

Esta é a segunda etapa de um projeto do Cref para regularizar a situação dos locais prestadores de serviços relacionados à prática do esporte em Minas. De acordo com o Departamento de Orientação e Fiscalização do Cref, os estabelecimentos que apresentarem irregularidades serão notificados e terão um prazo de 15 dias para se adequarem. Vencido esse tempo, as academias receberão nova visita dos fiscais.

EULER JÚNIOR



Vistorias continuam, mas donos de academias de ginástica fazem série de questionamentos